



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL PEDREIRA Nº 5419 “ERVILHÃO” (ALTO DO PALURDO, PINHEL)

**Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património
Arqueológico e Arquitetónico**

FICHA TÉCNICA

Pesquisa: Marina Vieira*

Trabalho de campo: Marina Vieira

Relatório: Marina Vieira

Fotografia: Marina Vieira

**Arqueóloga*

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	4
2.1	METODOLOGIA	4
2.1.1	<i>Pesquisa Documental</i>	<i>5</i>
2.1.2	<i>Trabalho de campo</i>	<i>6</i>
2.2	INVENTÁRIO PATRIMONIAL	11
3	AVALIAÇÃO DE IMPACTES E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	11
3.1	AVALIAÇÃO DE IMPACTES	11
3.1.1	<i>Fase de Exploração</i>	<i>11</i>
3.1.2	<i>Fase de Recuperação</i>	<i>11</i>
3.2	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	12
4	DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA	12

1 Introdução

O Descritor Património do EIA em apreço refere-se ao licenciamento da pedreira nº 5419, designada de pedreira Ervilhão pertença da empresa BLOCIFEL - Materiais de Construção, Lda. (daqui em diante designada apenas por BLOCIFEL). Esta indústria extrativa localiza-se na freguesia de Alto do Palurdo, concelho de Pinhel, distrito da Guarda a cerca de 1550m, para SSE da povoação de Pereiro, *vide* Figura 1. O projeto em análise trata-se da ampliação de uma pedreira de granito que irá utilizar como matéria-prima o recurso geológico característico da região e produzir produtos de granito industrial (produção de inertes) e para construção civil e obras públicas. A BLOCIFEL pretende ampliar a área licenciada de 24,1 ha para uma área de 34,1 ha. Os trabalhos realizados respondem ao cumprimento das condicionantes preconizadas pela legislação patrimonial, de acordo com a descrição do património arquitetónico e arqueológico (Anexo V, nº 4 do Decreto-lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015 de 27 de agosto, e pela Lei 37/2017, de 2 de junho).

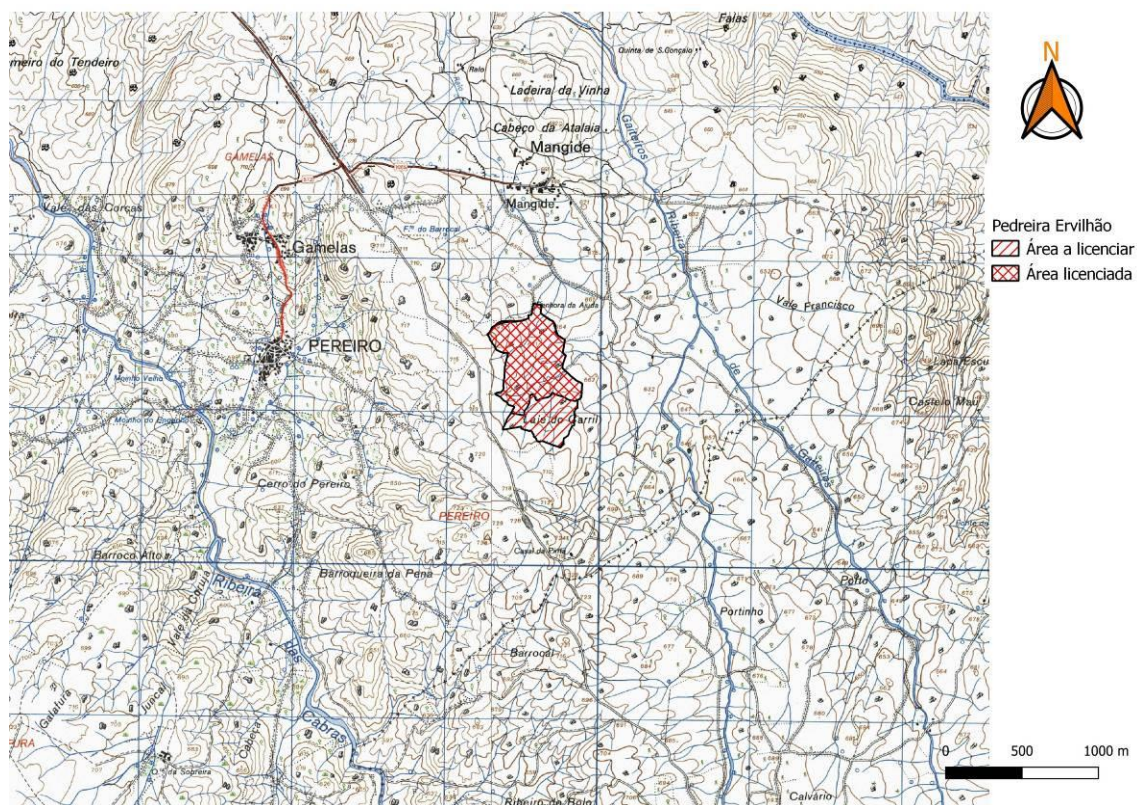


Figura 1: Extrato da CMP, fl. 171, 172, 182 e 183, com a localização da área de projeto.

Nos termos do Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de novembro - Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, os trabalhos de prospeção arqueológica foram previamente autorizados pela DRC Centro, através do ofício nº **S-2021/3078 (Saída nº 1549924)**, no dia **17/11/2021**, sob o nº de processo C.S: 227343 (Cfr. Anexo) e tiveram o seu início e conclusão durante o mês de janeiro de 2022.

O acesso à Pedreira nº 5419 “Ervilhão”, pode ser efetuado através da Estrada Nacional EN324 no sentido Pinhel-Almeida, que serve também de ligação à Autoestrada A5. Partindo do entroncamento da EN324 com a EN221, localizado a Sul da cidade de Pinhel, após percorrer cerca de 2800 metros, ao Km 83 encontra-se à esquerda o acesso direto à pedreira, em primeiro zona de parque de equipamentos e viaturas e de seguida as infraestruturas do estabelecimento industrial anexo. Uma pequena parte da área de projeto, mais próxima encontra-se em zona de terrenos intervencionados, correspondentes a frente de pesquisa, poços de extração, respetivas escomboreiras e caminhos. Grande parte da área apresenta-se em estado natural, ainda que se verifiquem pontualmente pequenas zonas de extração ou sondagem e arranjos hidráulicos.

Para efeitos de pesquisa documental considerou-se uma área envolvente de aproximadamente 500 m em torno da unidade de projecto. Como “área de incidência” tomou-se toda a área de projeto.

2 Situação de Referência

2.1 Metodologia

A definição da Situação de Referência assentou em duas fases distintas de trabalho, nomeadamente **Pesquisa Documental** e **Prospecção de Campo**. A primeira baseou-se, nesta fase de análise prévia, numa apurada investigação bibliográfica e documental de ocorrências de interesse patrimonial localizadas na envolvente da unidade de projeto, designada por “Área de Estudo”, correspondente a uma envolvente de aproximadamente 500 m em torno da influência direta da pedreira. Consequentemente, incidiu num conjunto variado e representativo de fontes de informação, onde se incluem documentos bibliográficos, bases de dados, instrumentos de planeamento e cartografia.

A segunda fase correspondeu à realização de trabalho de campo, com prospeção da área de projeto, designada como “Área de Incidência”.

2.1.1 Pesquisa Documental

Nesta fase, identificaram-se as existências patrimoniais referenciadas na área de estudo.

A pesquisa baseou-se nas seguintes fontes de informação:

- Bibliografia especializada;
- Base de dados Endovélico (DGPC);
- Base de dados Ulysses (DGPC);
- Base de dados do SIPA (DGPC);
- Plano Diretor Municipal de Pinhel;
- Cartografia militar.

Na freguesia de implantação do Projeto (Alto do Palurdo) a base de dados Endovélico refere a existência de 20 sítios arqueológicos, valor interessante tendo em conta que o concelho de Pinhel ultrapassa a centena de sítios arqueológicos referenciados na referida base de dados. Destes apenas três se situam a menos de 1km da área pedreira alvo do projeto, vide localização na Figura 2. Neste caso referimo-nos ao Lagar de N. Sra. da Ajuda (CNS 15556), sepulturas escavadas na rocha da Sra. da Ajuda (CNS 15559) a sepultura escavada na rocha de Mangide (CNS 38204). Quanto a sítios classificados ou em vias de classificação a base de dados Ulysses revela que a lagareta e sepulturas escavadas da Sra. da Ajuda se encontram em Vias de Classificação como IIP pelo Despacho de 13-09-1996 do Ministro da Cultura, ainda que não se encontre qualquer outra informação associada ao processo de classificação nomeadamente a sua área de proteção.

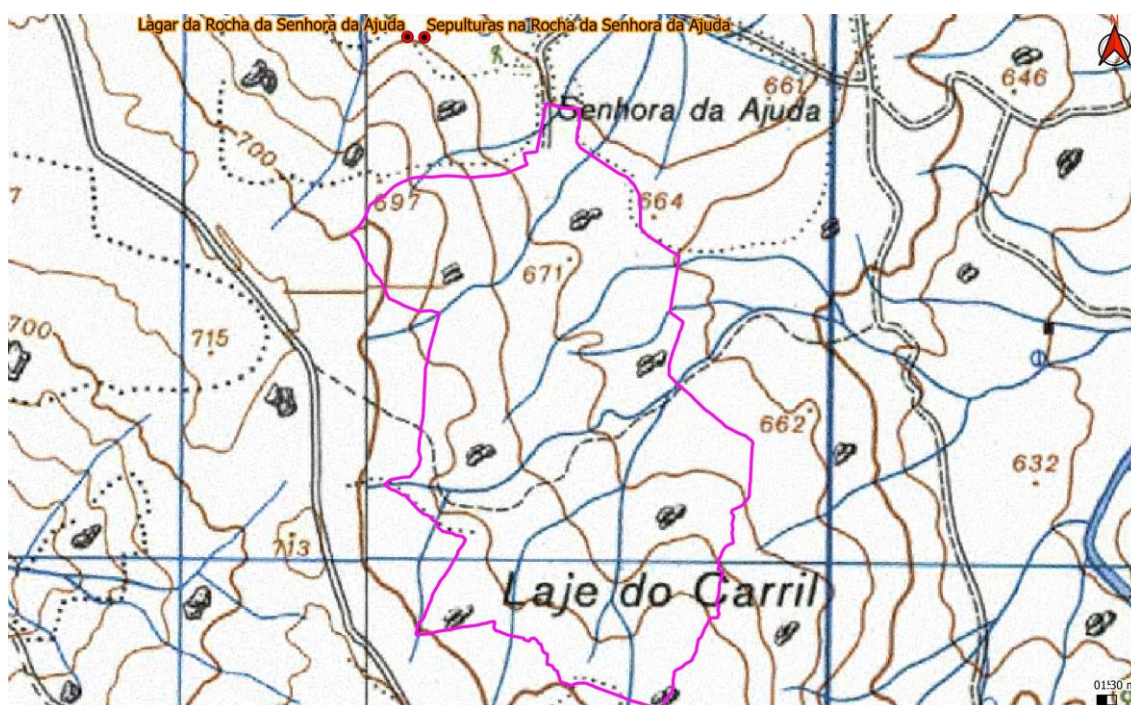


Figura 2: Localização dos sítios arqueológicos localizados na envolvente do projeto.

Nenhum destes elementos de cariz patrimonial se situa no interior da Área de Estudo estando consequentemente ausentes da Área de Incidência do Projeto. Aliás, os sítios arqueológicos mais próximos são precisamente as sepulturas e lagareta da Sra. da Ajuda que apesar de se encontrarem a cerca de 220m da pedreira, corresponde à área já licenciada, no que concerne à nossa área de projeto situam-se a cerca de 750 m pelo que não se prefiguram impactes do projeto sobre estes elementos patrimoniais. O Inventário do Património Arquitetónico do Sistema Informação para o Património Arquitetónico (SIPA-DGPC), bem como no PDM de Pinhel não devolveram quaisquer elementos culturais localizados no interior da Área de Projeto.

2.1.2 Trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu numa rigorosa prospeção arqueológica da “Área de Incidência”, ou seja, centralizada sobre a totalidade do espaço a licenciar. Estes decorreram em excelentes condições meteorológicas. No decorrer dos trabalhos de prospeção não se identificaram quaisquer elementos de cariz patrimonial. Contudo importa salientar que se trata de uma área com abundantes afloramentos rochosos com boa apetência para arte rupestre que não se identificou seja por simplesmente

não ocorrer seja pela grande quantidade de líquenes que cobre os afloramentos rochosos, vide figura 7. No decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico será uma situação a acautelar.

No decorrer do trabalho foi possível compreender que a uma parte da área se encontra de alguma forma intervencionada, embora a maior parte revele escassa ou nula afetação do solo.

Em termos de condições de visibilidade no decorrer do trabalho de campo é possível caracterizar toda a área como deficiente, geralmente reduzida ou nula, o que decorre do denso coberto vegetal arbustivo sobretudo de giesta, ainda que se registem escassas áreas com clareiras de reduzida, mas de uma forma global o coberto vegetal não permitiu uma cuidada observação da área de projeto.

As condições de visibilidade sintetizam-se na Tabela 1 e na Figura .

Tabela 1: Caracterização dos traçados em termos de ocupação do solo.

Zona	Visibilidade para Estruturas	Visibilidade para Artefactos	Caracterização
A	Reduzida/Nula	Reduzida/Nula	Características da paisagem: Terreno natural com densa vegetação arbustiva, geralmente de giesta e algumas silvas o que confere más condições de visibilidade quer para estruturas, quer para artefactos.
B	Não se Aplica	Não se Aplica	Características da paisagem: Frente de pesquisa já com afectação profunda do solo, e zonas com evidentes mobilizações de solo

Na Figura a Figura 3 é apresentado o registo fotográfico das condições de visibilidade no terreno.

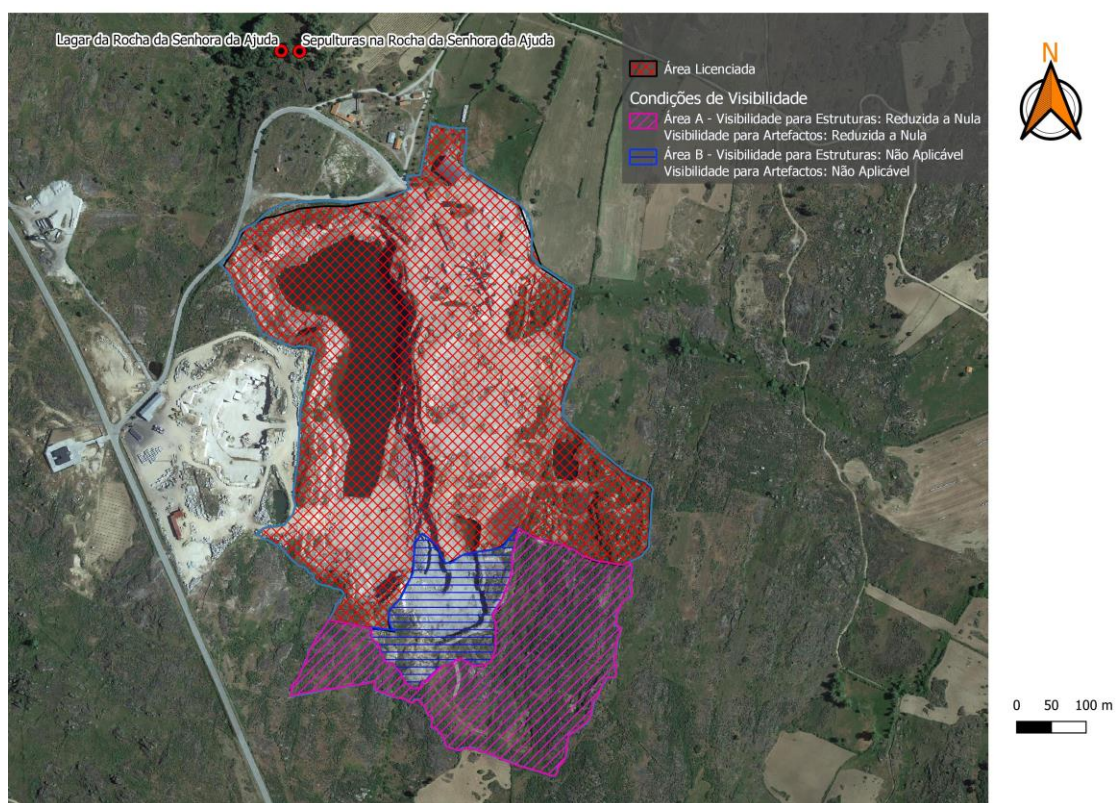


Figura : Localização sobre ortofotomapa com a localização da pedreira e condições de visibilidade.



Figura 4: Área A, aspeto dos lajedos graníticos.



Figura 5: Área A, aspecto do coberto vegetal.



Figura 6: Vista da Área A, em segundo plano área já licenciada e Área B.



Figura 7: Área A, aspeto dos lajedos graníticos cobertos de líquenes.



Figura 8: Vista da Área B, intervenção no solo para estruturas hidráulicas



Figura 3: Vista da Área B

2.2 Inventário Patrimonial

No decorrer dos trabalhos de pesquisa documental não se identificaram ocorrências de natureza patrimonial no interior da área de projeto. Também os trabalhos de prospeção arqueológica não revelarem qualquer elemento patrimonial.

3 Avaliação de Impactes e Medidas de Minimização

3.1 Avaliação de Impactes

3.1.1 Fase de Exploração

Como já referido no decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica não se identificaram elementos patrimoniais na Área de Incidência do projeto.

3.1.2 Fase de Recuperação

Nesta fase não se preveem quaisquer impactes.

3.2 Medidas de Minimização

Como medida de minimização geral obrigatória deverá realizar-se o **acompanhamento arqueológico** presencial de todas as ações com impacte no solo onde ainda possa subsistir solo natural. Como a vida útil de uma pedreira é longa, considerando-se excessiva a presença de um arqueólogo em permanência, recomenda-se que as decapagens, remoção de terras (executadas até ao “bed rock”) e outras ações com impacte no solo que antecedem a atividade extrativa, sejam realizados num momento único e em toda a área de intervenção.

O arqueólogo responsável pelo acompanhamento da obra deverá ainda realizar **prospecção arqueológica** nas zonas destinadas a áreas funcionais da obra (depósitos de terras, áreas de empréstimo, outras áreas), caso estas não se integrem na área prospetada.

4 Documentação Consultada

ALARCÃO, J. de (1988a) - Roman Portugal, vol. 2, fasc. 2 (Coimbra & Lisboa), Warminster.

ALARCÃO, J. de (1988b) - O Domínio Romano em Portugal, Publicações Europa América, Lisboa.

CARDOSO, João (2007) – Pré-História de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa.

COELHO, Maria Helena da Cruz e RÊPAS, Luís Miguel (2006). Um cruzamento de fronteiras. O Discurso dos concelhos da Guarda em Cortes

DIAS, Maria Manuela Alves e GASPAR, Catarina Isabel Sousa (2006). Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, 2006. BA: PI/Dia.

FABIÃO, Carlos (2006) – A Herança Romana em Portugal, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, CTT Correios de Portugal.

FONSECA, João (2007) – Dicionário do Nome das Terras, 2a Edição, Casa das Letras, Cruz Quebrada.

GARCIA, José Manuel (1991). Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos Fontes epigráficas. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 681.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – PORTUGAL – O Sabor da Terra, 2a Edição, Temas e Debates - Círculo de Leitores.

PERESTRELO, Manuel Sabino G. (2003). A Romanização na bacia do rio Côa. Vila Nova de Foz Côa : Instituto Português de Arqueologia. Parque Arqueológico do Vale do Côa. BA: PI/Per.

RAPOSO, Jorge (2001) - “Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal”, in Al-madan, 2.a Série, n.o 10, Almada, p. 100-157.

RIBEIRO, Orlando (1991) – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Coimbra, 6a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa

SAA, Mário (1960) - As grandes vias da Lusitânia, 3, Lisboa.

SILVA, Ricardo Costeira da (2006). Génese e Transformação da Estrutura do Povoamento do I

Milénio a.C na Beira Interior. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SOUZA, Vasco de (1990). Corpus Signorum Imperii Romani: Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

Cartografia

IGE, ***Carta Militar de Portugal***, escala 1:25000, folhas 182, 183, 171 e 172, Instituto Geográfico do Exército.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Saída n.º 1549924
17/11/2021

Exma Sra Dra Marina Afonso Vieira da Silva

mafonsovieira@gmail.com

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Ofício nº

Doc nº C.S:1549924

S-2021/3078

Proc nº C.S:227343

ASSUNTO: PATA - prospeção para o Estudo de Impacte Ambiental da Pedreira Ervilhão (n.º 5419) - Pinhel

Requerente: Marina Afonso Vieira da Silva

Venho por este meio informar que por despacho do Sr. Diretor Geral da Direção Geral do Património Cultural de 12/11/2021, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

Pel' A Diretora Regional de Cultura

Doutora Suzana Menezes

Assinado por : **CÁTIA MARISA GONÇALVES**

MARQUES

Num. de Identificação: 11509862

Data: 2021.11.18 09:16:04+00'00'



CARTÃO DE CIDADÃO

ANEXO: Inf. nº 2283/2021 – Proc nº CS 227 343
/MJ



Assunto : PATA - prospeção para o Estudo de Impacte Ambiental da Pedreira Ervilhão (n.º 5419) - Pinhel

Requerente : Marina Afonso Vieira da Silva

Local : Pinhel

Servidão

Administrativa :

Inf. n.º: S-2021/566246 (C.S:1544598)

Cód. Manual 2283/2021

N.º Proc.: DRC/2021/09-10/366/PATA/19428 (C.S:227343)

Data Ent. Proc.: 04/10/2021

Diretor Geral João Carlos Santos a 12/11/2021

Aprovo.

Diretora de Serviços dos Bens Culturais Cátia Marisa Gonçalves Marques a 23/10/2021

Concordo com o parecer favorável proposto.

1. ENQUADRAMENTO

- 1.1. O Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) mencionado em epígrafe é da responsabilidade técnico-científica da arqueóloga mestre Marina Afonso Vieira da Silva e refere-se aos trabalhos arqueológicos de prospeção a realizar no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental da Pedreira Ervilhão (nº 5419), Pinhel. Acrónimo: PEEIA

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 2.1. A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente: 107/2001 de 8 de setembro, que estabelece as Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural; Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro; Decreto-Lei nº 126-A/2011 de 29 de dezembro; Decreto-Lei nº 115/2012 de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural; Decreto -Lei nº 78/2019, de 5 de junho; Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, que aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural, alterada e republicada pela Portaria n.º 263/2019, de 26 de agosto, que aprova a nova estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural; Despacho n.º 11142/2012, DR, 2.ª série, n.º 158, de 16 de agosto, que cria a estrutura flexível da DGPC, alterado pelo Despacho n.º 2952/2018, DR, 2.ª série, n.º 58, de 22 de março; Despacho n.º 2952/2018, DR, 2.ª série, n.º 58, de 22 de março; Despacho n.º 414/2020 de 13 de janeiro de 2020, DR 2.ª série; Decreto-Lei nº 114/2012 de 25 de maio que procede à reorganização das direções regionais de cultura; Portaria n.º 227/2012 de 3 de agosto que estabelece a Estrutura nuclear das Direções Regionais de



Cultura; Portaria n.º 262/2019 de 26 de agosto, Procede à primeira alteração à Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto, que fixa a estrutura nuclear das Direções Regionais de Cultura.

3. ANTECEDENTES

- Não tem.

4. APRECIÇÃO DE ARQUEOLOGIA

- 4.1. O projeto visa o licenciamento da ampliação da Pedreira n.º 5419 “Ervilhão”, localizada em Mangide, Pereiro, freguesia de Alto do Palurdo, concelho de Pinhel, distrito da Guarda.
- 4.2. O PATA tem como objetivo a elaboração da Caracterização da Situação de Referência do descritor Património do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de ampliação da Pedreira n.º 5419 “Ervilhão”, Alto do Palurdo, Pinhel.
- 4.3. A Caracterização da Situação de Referência do EIA tem como objetivos:
 - A identificação e/ou realocização das ocorrências existentes na área de incidência do Projeto e atualização da sua caracterização (implantação, estado de conservação, descrição, tipologia, cronologia, estado de conhecimento, outras);
 - A determinação das relações de proximidades entre as ocorrências e as partes do Projeto.
- 4.4. Considerando os objetivos da intervenção arqueológica, a arqueóloga mestre Marina Afonso Vieira da Silva propõe os seguintes trabalhos arqueológicos:
 - Pesquisa documental dos valores patrimoniais situados na área em estudo;
 - Prospeção arqueológica.
- 4.5. A Pesquisa documental decorrerá com adoção da seguinte metodologia:
 - Consulta de bibliografia especializada e outros elementos documentais;
 - Consulta de inventários patrimoniais de entidades oficiais como a DGPC;
 - Levantamento exaustivo e comentado da cartografia militar e geológica (análise fisiográfica e toponímica) que apontem para uma ocupação humana da área por comunidades do passado;
 - Consulta de projetos de investigação realizados ou a decorrer nas áreas de implantação do projeto;
 - Consulta do Plano Diretor Municipal de Pinhel;
 - Consulta de Estudos de Impacte Ambiental e Estudos de Incidências Ambientais efetuados na área de implantação do projeto;



- Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário, que permitam a identificação de novos sítios patrimoniais.
- 4.6. Na realização dos trabalhos de campo será adotada a seguinte metodologia:
- Identificação, relocalização, inventariação e caracterização dos valores patrimoniais, identificados na pesquisa documental localizados no interior da área de projeto, em fichas que permitam o fácil reconhecimento e relocalização dos sítios observados;
 - Georreferenciação dos sítios relocalizados;
 - Prospeção arqueológica sistemática;
 - Inventariação em fichas de sítio individualizadas das ocorrências patrimoniais identificadas em trabalho de campo;
 - Avaliação sumária das ocorrências patrimoniais identificadas, com hierarquização da sua importância científica e patrimonial;
 - Definição de áreas de máxima dispersão de materiais e áreas de maior concentração de materiais;
 - Definição de condições de visibilidade ao nível do solo com representação cartográfica.
- 4.7. Após a fase de pesquisa documental e de trabalho de campo será elaborado o Relatório Final, onde se efetuará a caracterização da Situação de Referência.
- 4.8. O espólio que eventualmente venha a ser recolhido no decurso dos trabalhos arqueológicos será depositado em armazém da Zephyros Arqueologia até indicação por parte da tutela do local de depósito definitivo.
- 4.9. Caso sejam identificados elementos relevantes do posto de vista patrimonial será efetuada uma publicação em revista da especialidade.
- 4.10. Analisado o pedido de autorização, verifica-se o seguinte:
- O Plano de Trabalhos arqueológicos a realizar está bem estruturado e documentado;
 - A metodologia de trabalho proposta foi elaborada de acordo com a Circular dos Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental;
 - No ponto 2.2 do Plano de Trabalhos é feita alusão à *“relocalização e inventariação de ocorrências patrimoniais identificadas na pesquisa documental que se localizem “área de incidência direta” e envolvente de 50m dos dois aerogeradores que compõem o projeto”*, referência que se interpreta como lapso de redação.

5. CONCLUSÃO



- 5.1. Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável à autorização dos trabalhos arqueológicos mencionados em epígrafe à arqueóloga mestre Marina Afonso Vieira da Silva.
- 5.2. O início dos trabalhos deverá ser comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro (culturacentro@drcc.pt), no cumprimento do disposto na alínea j do n.º 3, do art.º 2.º, do Decreto-lei n.º 114, de 25 de maio.
- 5.3. O PATA deverá ser submetido ao despacho decisório da Direção-Geral do Património Cultural, propondo-se o envio da presente informação à DGPC para os devidos efeitos.
- 5.4. Em caso de concordância superior, propõe-se que seja dado conhecimento do teor da presente informação à arqueóloga mestre Marina Afonso Vieira da Silva, à Zephyros Arqueologia e à Câmara Municipal de Pinhel.

À consideração superior,

O Técnico Superior

Carlos Banha, Arqueólogo



Bibliografia

Proprietários _____
Classificação _____
Legislação _____
Estado de conservação** _____ Uso do solo** _____
Ameaças** _____ Protecção/Vigilância** _____
Acessos _____

Espólio

Descrição Não de observou / Não se recolheu _____

Local de depósito _____

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável Marina Vieira _____

Tipo de trabalho** Prospeção arqueológica _____

Datas: de início 27 de Janeiro 2022 de fim 27 de Janeiro 2022 duração (em dias) 1 _____

Projecto de Investigação EIA da Pedreira nº 5419 "Ervilhão" _____

Objectivos (10linhas)

Os trabalhos tinham como objectivo a identificação de ocorrências de cariz patrimonial e arqueológico no interior da área de incidência do projecto com vista à avaliação de impactes decorrentes da implementação do projecto e definir as medidas de minimização consideradas necessárias _____

Resultados (15 linhas)

No decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica não se inventariou qualquer elemento patrimonial. _____

** Preencher de acordo com a lista do *Theasaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada no *site* do IPA: www.ipa.min-cultura.pt